



RESULTADOS

II CONGRESSO BRASILEIRO DE MONTANHISMO E ESCALADA

Rio de Janeiro, abril de 2012.

Organização:



Realização:



Patrocínio

ADRENA Esporte e Aventura 10 anos

SOLO

Equinox

Apoio

Bradesco Cartões

SOS. MATA ATLANTICA

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL Brasil

RIO

Riotur

UNI RIO

patagonia

Mountaïn

Acceso Paraná

Mídia oficial

Co-organização

Organização

Realização

webventure

inec

ICMBio MMA

FEMERJ

CBME

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	3
2. OBJETIVOS.....	4
3.. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS.....	4
4. RESULTADOS DO II CONGRESSO BRASILEIRO DE MONTANHISMO E ESCALADA	7
ANEXO 1 – FICHA TÉCNICA	14
ANEXO 2 – PRINCÍPIOS E VALORES DO MONTANHISMO BRASILEIRO	15
ANEXO 3 – RECOMENDAÇÕES DO 2º ENCONTRO DE PARQUES DE MONTANHA	20
ANEXOS 4 - RELAÇÃO DOS ANEXOS DIGITAIS: APRESENTAÇÕES DAS MESAS REDONDAS	23

1. APRESENTAÇÃO

O II Congresso Brasileiro de Montanhismo e Escalada (CBM) foi realizado nos dias 28, 29 e 30 de abril de 2012, no auditório Paulo Freire da UNIRIO, no Rio de Janeiro. O evento fez parte da I Semana Brasileira de Montanhismo que comemorou os 100 anos de montanhismo no país, uma realização da Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada (CBME), que teve a organização sob a responsabilidade da Federação de Montanhismo do Estado do Rio de Janeiro (FEMERJ).

Participaram do Congresso montanhistas e escaladores, representantes de associações e federações de Montanhismo, gestores de Parques de Montanha e RPPN's, representantes do ICMBio, representantes de Organizações Estaduais de Meio Ambiente e do Corpo de Bombeiro, entre outros.

Este relatório apresenta a programação e descreve os principais resultados obtidos durante o CBM 2012 e as recomendações feitas durante o 2º Encontro de Parques de Montanha, realizado nos dias 26 e 27 de abril de 2012.

Espera-se que esses resultados contribuam para o desenvolvimento do montanhismo de forma sustentável e para sua prática responsável nas distintas modalidades. Além disso, espera-se que os resultados contribuam para que a visitação em áreas de montanha seja mais abrangente e que, com isso, os acessos às áreas naturais sejam preservados.

CBME

2. ORGANIZAÇÃO DO II CONGRESSO BRASILEIRO DE MONTANHISMO E ESCALADA

2. OBJETIVOS

O principal objetivo do II Congresso Brasileiro de Montanhismo e Escalada (CBM) foi debater os temas centrais e estratégicos do montanhismo e sua prática esportiva, destacando as principais linhas temáticas:

- Visitação de áreas naturais em montanha;
- Acesso às montanhas e áreas de montanhismo e escalada;
- Escalada de competição;
- Montanhismo e turismo: semelhanças, diferenças e oportunidades;
- Auto-regulamentação do montanhismo.

3.. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

O II Congresso Brasileiro de Montanhismo e Escalada teve sua abertura oficial no dia 27 de abril de 2012, no auditório do Morro da Urca, com Mesa composta por Silverio Nery, Presidente da Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada - CBME, Coronel Wanius Amorim do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro - CBMERJ, Pedro da Cunha Menezes, Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio e Carlos Minc, Secretário de Estado do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, que contou com mais de 500 pessoas na plateia.

Silverio Nery deu as boas vindas e agradeceu a participação de todos e expressou que o montanhismo brasileiro alcançou o “pré-cume da montanha”. Ou seja, estamos num momento de maturidade e de grandes avanços no desenvolvimento da escalada e montanhismo, suas práticas esportivas e a conservação das áreas de montanha. Silverio chamou a atenção que esse evento é a materialização disso.

O Coronel Wanius, em nome do Coronel Sergio Simões, Secretário Estadual de Saúde e Defesa Civil e Comandante Geral do CBMERJ, agradeceu o convite e destacou a importância de haver um trabalho em conjunto entre as federações e associações de montanhismo e o Corpo de Bombeiros.

Pedro de Castro da Cunha e Menezes, Diretor do ICMBio, enfatizou a importância do apoio dos montanhistas na conservação e na criação de Unidades de Conservação. Ressaltou que ainda que a visitação cause impactos ao ambiente natural, os benefícios de se ter escaladores e montanhistas

como aliados e defensores dos parques são muito maiores. Pedro anunciou o tão esperado fim da figura do Condutor (guia) Obrigatório em Parques Nacionais. Concluiu argumentando que os Parques devem ser geridos como tal e não como Reservas Biológicas, destacando a importância do uso público para as Unidades de Conservação e considerando os visitantes como aliados da proteção à natureza.

Carlos Minc falou sobre a importância do montanhismo para o Estado do Rio de Janeiro e enfatizou o papel destacado dos montanhistas na conservação do meio ambiente, em especial das áreas de montanha e Unidades de Conservação. Minc anunciou que o Deputado Atila Nunes retirou de pauta Projeto de Lei Estadual que comprometeria a existência dos esportes de aventura, destacando a importância de se continuar a praticar o montanhismo tradicional sem interferências indevidas.

Mesas redondas e debates

No auditório Paulo Freire, da UNIRIO, foram realizadas cinco mesas redondas seguidas de debates para troca de experiências, reflexões e diálogos sobre diferentes temáticas.

No primeiro dia do Encontro, foram realizadas duas mesas redondas e debates, a saber:

MESA I – Gestão de Visitação em Montanhas

Moderadora: Daniela Albuquerque

TEMA	PALESTRANTE
<i>Marumby – Segurança e Resgate em uma UC</i>	<i>Irivan Burda, COSMO</i>
<i>Estrutura do CBMERJ para busca e salvamento em montanhas</i>	<i>Coronel Wanius Amorim, em nome do Coronel Sérgio Simões, CBMERJ</i>
<i>Perspectivas - Resultados do 2º Encontro de Parques</i>	<i>Daniel Toffoli, ICMBio</i>
<i>Visitação responsável</i>	<i>Milton Dines, CBME</i>
<i>Direito ao Risco</i>	<i>Rodrigo Mascarenhas – Procurador do Estado do Rio de Janeiro</i>

MESA II – Montanhismo e Turismo

Moderador: Phillippe Campelo (Riotur)

TEMA	PALESTRANTE
<i>Esporte e Turismo de Aventura: Semelhanças, diferenças e oportunidades</i>	<i>Maurício “Tonto” Clauzet, FEMESP</i>
<i>Turismo de aventura – Sistema ABETA / ABNT</i>	<i>Gustavo Timo, ABETA</i>
<i>Organização do Montanhismo – CBME</i>	<i>Silverio Nery, CBME</i>
<i>Empresas de Turismo de Aventura</i>	<i>Marcelo Crux, ACTA</i>
<i>Profissão de Guias de Montanhas</i>	<i>Eliseu Frechou, ABGM</i>

No segundo dia do evento, 29/04, a programação foi a seguinte:

MESA III – Acesso Brasil – Estudos de Caso e Estratégias

Moderadora: Kika Bradford

TEMA	PALESTRANTE
<i>Lapinha</i>	<i>Luis Monteiro, Lugoma, AME</i>
<i>RPPN Caraça</i>	<i>Gustavo "Xaxá" Carrozino, FEMEMG</i>
<i>Acesso em Unidades de Conservação</i>	<i>Delson de Queiroz, FEMERJ</i>
<i>Falésia do Paraíso</i>	<i>Inácio Bianchi e Claudio Medeiros</i>
<i>Parque Nacional de Itatiaia</i>	<i>Santiago, GEAN</i>

MESA IV – Auto-regulamentação e Normatização

Moderador: Rafael Gribel, FEMEMG

TEMA	PALESTRANTE
<i>Projetos de Lei</i>	<i>Silverio Nery, CBME</i>
<i>Princípios do Montanhismo - CBME</i>	<i>Kika Bradford, FEMERJ</i>
<i>Acesso e Adote – Programa Nacional</i>	<i>Delson de Queiroz, FEMERJ / CBME</i>
<i>Padrão CBME de Guias Voluntários</i>	<i>Luis Marcelo, CBME/FGM</i>
<i>Certificação de Guias Profissionais</i>	<i>Felipe Edney, AGUIPERJ / ABGM</i>

No terceiro dia do evento (30/04), a quinta mesa redonda foi realizada no período da manhã, enquanto que na parte da tarde, aconteceram a plenária e as deliberações finais.

MESA V – Escalada de Competição

TEMA	PALESTRANTE
<i>Escalada de Competição no Brasil – História e Evolução</i>	<i>Ricardo Leizer, APEE</i>
<i>Campeonato Brasileiro – Desafios e Oportunidades</i>	<i>Pedro Leite, AME</i>
<i>A escalada de competição como esporte Olímpico</i>	<i>Silverio Nery, CBME</i>
<i>Atletas profissionais – desafios e oportunidades no Brasil</i>	<i>Felipe Camargo</i>

4. RESULTADOS DO II CONGRESSO BRASILEIRO DE MONTANHISMO E ESCALADA

A plenária foi apresentada por Silverio Nery, Presidente da CBME e Delson de Queiroz, Presidente da FEMERJ. A plenária apresentou de forma sistemática os principais pontos discutidos e os resultados obtidos durante o Congresso (descritos adiante).

4.1. II ENCONTRO DE PARQUES DE MONTANHA

Durante os dias 26 e 27 de abril de 2012, ocorreu o II Encontro de Parques de Montanha, onde montanhistas, gestores de UCs federais, estaduais e municipais e dirigentes de órgãos ambientais (ICMBio e OEMAs) debateram os principais temas de Uso Público em Parques de Montanha. Deste encontro, saíram algumas recomendações (descritas na íntegra no anexo 3). Delson de Queiroz apresentou os principais pontos:

- Ingresso – foi recomendada a extinção da taxa de trilha, sendo consenso que deve-se cobrar uma taxa única para entrar em Parques Nacionais. Uma outra recomendação foi o incentivo para a implementação do ingresso anual com desconto.
- Guias não obrigatórios – não deve ser obrigatória em Unidades de Conservação a contratação de condutores e guias, garantindo a maior variedade de experiências e o direito ao risco. O Diretor de UCs do ICMBio, Pedro da Cunha Menezes, anunciou que até julho a contratação obrigatória de guias ou condutores em Parques Nacionais será extinta. Essa é uma vitória de uma luta de mais de dez anos de montanhistas.
- Concessão de Serviços em UCs – a delegação deve se restringir a serviços e atividades de apoio à visitação; não deve ser permitida a delegação de áreas naturais (por exemplo: rios, trilhas, vias de escalada, dentre outros), garantindo a gestão pública dessas áreas.
- Zoneamento – privilegiar a criação de zonas primitivas e minimizar as zonas intangíveis, deixando estas como exceções baseadas em argumentos sólidos e comprovados. Essa recomendação visa garantir a diversidade de experiências, dando a oportunidade de visitantes entrarem em praticamente todas as áreas de parques de montanha, com distintos graus de manejo e interferência humana. Ela objetiva também estimular uma cultura de uso público mais forte em parques de montanha, aliando a visitação à conservação.

- Diversidade de experiências – É importante que os visitantes não sejam encarados apenas como turistas que buscam facilidades e comodidades e que exista entendimento, por parte dos gestores, de que muitos visitantes de Parques de montanha procuram o desafio, a aventura, a possibilidade de solidão e contato mais próximo da natureza. Nesse sentido, foi recomendado estimular a cultura da diversidade de experiências, abrangendo visitantes com distintas expectativas e necessidades, sem nivelar todos num mesmo padrão. Com essa recomendação, objetiva-se que os parques de montanha tenham estratégias de manejo diferenciadas para cada área ou zona, de acordo com as expectativas e necessidades dos visitantes e o manejo necessário para garantir a conservação da área.

4.2. DIREITO AO RISCO

O Procurador do Estado do Rio de Janeiro, Rodrigo Mascarenhas, apresentou palestra sobre Direito ao Risco, provavelmente a mais concorrida de todo Congresso e uma das mais polêmicas, onde foi apresentada a visão sobre o “direito ao risco e à aventura, logo à prática do montanhismo e escalada”, sendo observado os seguintes pontos:

- O direito ao risco é garantido pela constituição, através do princípio da dignidade humana¹. Assim, o fechamento de áreas por questões exclusivas de risco é inconstitucional.
- Proprietários privados que não cobram para acesso não são responsáveis por acidentes que possam vir acontecer em sua propriedade. Uma vez que exista cobrança para a escalada ou caminhada, cria-se um vínculo de responsabilidade desse proprietário e a segurança dos praticantes. Uma alternativa para isso, seria que o proprietário cobre apenas por serviço de apoio, como o estacionamento.
- Foi destacado que no Brasil é forte a “doutrina latina”, onde o Estado interfere (tutela) diretamente na vida dos cidadãos. Comparou-se com outros países, como EUA, onde a liberdade individual é muito maior.

1 Na Constituição Federal, do art. 5º ao 17 estão previstos os Direitos e Garantias Fundamentais. No art. 1º, III, se encontra o Princípio da dignidade da pessoa humana, positivado como Fundamento da República Federativa do Brasil.

- Com a doutrina latina, o Estado pode ser responsabilizado por acidentes que ocorram dentro de Unidades de Conservação, uma vez que ele teria a obrigação de proteger os cidadãos que estão ali dentro. Nesse sentido, seria cabível um processo contra o Estado em caso de acidentes ocorridos na prática de escalada e montanhismo em uma UC. Cabe ressaltar que processos por outros acidentes também seriam cabíveis, como por exemplo, um acidente de carro. Caso haja um processo desse tipo, a responsabilidade objetiva seria do órgão gestor e não da pessoa do gestor.
- Instrumentos para Manejo do Risco - Placas de aviso e termos de reconhecimento de risco são instrumentos que podem e devem ser utilizados e podem reduzir significativamente a responsabilidade do Estado sobre a segurança do visitante. Ele argumentou que os termos de reconhecimento de risco devem ser aplicados quando possível. Uma possibilidade seria que o montanhista, ao se filiar à alguma associação ou federação de Montanhismo, assinasse um Termo Geral válido por prazo mais longo (5, 10 anos, vitalício...) e que servisse para diversas UCs.

Outras considerações:

- Como estratégia para explorar mais o assunto de Direito ao Risco, o Instituto Estadual do Ambiente, INEA-RJ deverá promover no segundo semestre um Seminário sobre o tema no Rio de Janeiro. Esse seminário será essencial para eliminar o principal argumento contra o livre acesso em nossas UCs, bem como para reduzir a burocracia desses processos.
- Seria necessário lutar contra a aplicação da “Doutrina Latina” e por maior autonomia e liberdade para assumir os riscos inerentes da liberdade individual garantida na Constituição.
- Seguro para montanhistas – É necessário encontrar uma solução para o problema de seguro cobrindo acidentes na prática do montanhismo e da escalada. Lembramos que a alternativa encontrada pela CBME anteriormente não vingou por falta de adesões.

4.3. RESGATE

- Na apresentação do Coronel Wanius de Amorim foi comentada a necessidade e oportunidade de parcerias que visem um trabalho complementar de resgate

em montanhas e uma troca de experiências e conhecimentos, principalmente entre os Montanhistas e o Corpo de Bombeiros.

- Formação de Grupos voluntários de resgate – é importante estudar a possibilidade de formar grupos voluntários de resgate em distintos lugares de montanhismo e escalada, buscando aprimorar o conhecimento e estimular a maior segurança na prática da atividade. É necessário buscar soluções simples que se adequem ao contexto de cada local.

4.4. MONTANHISMO E TURISMO

Numa das mesas mais controversas e polêmicas, foram expostos os diferentes pontos de vista sobre a relação entre montanhismo e turismo, as normas da ABNT e o processo de auto regulamentação da CBME. A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), através de um convênio com a Associação Brasileira de Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA), criou 25 normas para o turismo de aventura. Apesar da argumentação de que essas normas não iriam interferir com a prática esportiva, a realidade se mostra distinta, como, por exemplo, através de Leis Estaduais do Paraná, Ceará e Minas Gerais, que tornam essas Normas obrigatórias, ou até mesmo através do Código de Defesa do Consumidor. Cabe ressaltar que, nos 5 anos de existência das Normas para Condutores de Escalada e para Condutores de Caminhada de Longo Curso, nenhuma certificação foi emitida.

- Recomendação pela extinção das Normas ABNT de condutores de caminhada e escalada - A visão da CBME é que essas normas invadem a esfera esportiva e que são as organizações esportivas, como a própria CBME, que devem se autorregular. Nesse sentido, a recomendação oficial da CBME é para que as normas sejam extintas.
- Criação das normas CBME – é necessário que a CBME sistematize e formalize as normas já existentes em documentos próprios. Nesse sentido, a criação da Associação Brasileira de Guias de Montanha - ABGM é um passo necessário para que essa auto regulamentação abranja o campo do trabalho profissional em montanhismo e escalada.
- Formação da ABGM – A Associação Brasileira de Guias de Montanha (ABGM) está em fase de formação a partir da Associação de Guias, Instrutores e Profissionais de Escalada do Estado do Rio de Janeiro (AGUIPERJ). Serão abertas novas turmas para o Programa de Avaliação em Escalada para que

profissionais de outros Estados se filiem e, ao mesmo tempo, será discutido o Estatuto.

É importante a mobilização dos montanhistas para evitar que surjam regulamentações a partir de organizações externas que visam atingir outros tipos de usuários das áreas naturais de montanha, com expectativas e necessidades distintas daquelas defendidas pelos Montanhistas.

4.5. ACESSO

O tema do acesso foi o ponto central de toda a Semana Brasileira de Montanhismo (SBM). O evento foi concebido como uma grande ação de acesso, trazendo distintos atores para debater a montanha e seus diferentes usos. A primeira ação de acesso da SBM foi o Curso de Acesso e Conservação de Áreas de Montanha (organizado pelo Acesso PanAm), que trouxe 14 pessoas da América Latina e 15 brasileiros que trabalham com acesso em diversas áreas para discutir estratégias e temas de acesso e conservação. O II Encontro de Parques de Montanha trouxe uma visão científica sobre uso de montanhas – das áreas física, biológica, humanas e uso público (no I Encontro Científico sobre Uso e Conservação de Montanhas) e uma visão sobre o uso público. Este último foi discutido durante dois dias em que gestores de UCs, dirigentes de órgãos ambientais e montanhistas debateram o tema no que foi a principal ação de acesso da SBM (vide recomendações no anexo 3).

No Congresso Brasileiro de Montanhismo e Escalada todas as mesas tocaram no tema de acesso e em uma mesa específica foram discutidos estudos de casos distintos, que trouxeram estratégias utilizadas e os resultados de negociações em áreas públicas, RPPNs e áreas privadas.

- Foi apresentado o documento Princípios e Valores do Montanhismo Brasileiro, que aborda os principais argumentos de acesso, através dos valores intrínsecos ao montanhismo (anexo 2).
- Adote e Acesso - Acesso Brasil – foi anunciada a criação do Programa Acesso Brasil, que irá aliar acesso a conservação. Nesse sentido, o programa irá englobar ações de acesso e ações de conservação (Programa Adote uma Montanha), seguindo a linha de outras organizações de acesso no mundo, como por exemplo, o Access Fund e o Acesso PanAm.
- Replicar as experiências de acesso para outros Estados através das associações e entidades de montanhismo

4.6. COMPETIÇÃO

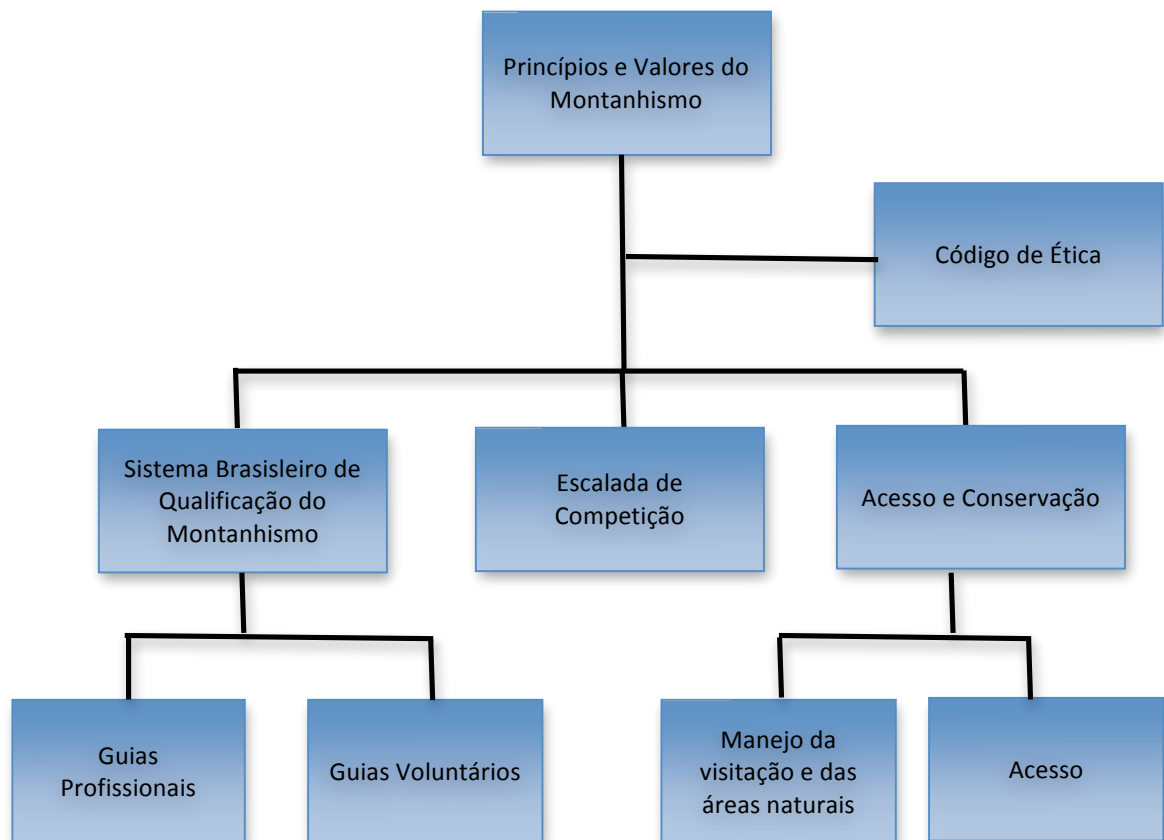
A realidade da falta de estímulo à escalada de competição permeou as discussões da mesa em questão. Foi levantada a questão da falta de apoio e a consequente extinção de organizações específicas de escalada de competição. Ficou evidente a falta de uma maior presença de atletas de competição na discussão.

- Novo encontro nas próximas etapas – uma recomendação foi de prosseguir o debate sobre como alavancar a Escalada de Competição no Brasil nas próximas etapas do campeonato brasileiro (em São Bento de Sapucaí, em junho, e em Belo Horizonte, em agosto).
- Foi observada a necessidade de adequar a comunicação aos atletas, usando meios atuais que façam a mensagem atingir o público alvo, como as mídias sociais.
- Estimular a nova geração – revelação de talentos.
- Apoiar e reforçar as associações esportivas

4.7. ORGANIZAÇÃO

Por fim, foi apresentado um organograma da organização atual do montanhismo dentro da CBME. Encabeçando a estrutura estão os Princípios e Valores do montanhismo, documento este que foi apresentado no congresso e se encontra no anexo 2 deste documento.

Cabe ressaltar que dentre os próximos passos na auto-regulamentação pela CBME estão a sistematização de um Código de Ética brasileiro atual, a formação da ABGM e a padronização das normas para Guias Profissionais. Ao mesmo tempo, é importante e já está encaminhada a estruturação do Programa Acesso Brasil.



ANEXO 1 – FICHA TÉCNICA

I Semana Brasileira de Montanhismo		
Local: Urca, Rio de Janeiro Data: 23/04 a 01/05 de 2012		
Eventos	Data	Local
Curso de Acesso e Conservação em Áreas de Montanha	23 a 25 de abril de 2012	UNIRIO
II Encontro de Parques de Montanha - I Encontro Científico sobre Uso e Conservação de Montanhas	24 e 25 de abril de 2012	UNIRIO
II Encontro de Parques de Montanha – Uso Público em Parques	26 e 27 de abril de 2012	Instituto Militar de Engenharia, IME
Congresso Brasileiro de Montanhismo e Escalada	27 a 30 de abril de 2012	Morro da Urca e UNIRIO
Palestra de Atletas	27 a 30 de abril de 2012	Morro da Urca e Instituto Militar de Engenharia, IME
Cine Montanha na Praça	28 de abril a 01 de maio de 2012	Praça General Tibúrcio, Praia Vermelha, Urca
Campeonato Brasileiro de Escalada de Competição	28 e 29 de abril de 2012	Praça General Tibúrcio, Praia Vermelha, Urca
Exposição História do Montanhismo Brasileiro	28 de abril a 01 de maio de 2012	Praça General Tibúrcio, Praia Vermelha, Urca
Abertura da Temporada de Montanhismo (ATM)	01 de maio de 2012	Praça General Tibúrcio, Praia Vermelha, Urca
Organização: 	Realização: 	
Comissão Organizadora	Alexandre Diniz, Delson de Queiroz, Jussara Nery, Kika Bradford, Rosângela Gelly e Silverio Nery.	
Patrocinadores e Apoiadores	Companhia Caminho Aéreo Pão de Açúcar, Adrena, RioTur, Equinox, Solo, Deuter, Tendon, Alpen Pass, Patagônia, Fundação Petzl, The North Face, A SOS Mata Atlântica, Conservação Internacional e Bradesco Cartões patrocinaram o I Encontro Científico sobre Uso e Conservação de Montanhas.	
Apoiadores Institucionais	CBMERJ, ICMBio, INEA, UNIRIO, IME, UNIMED e Acesso PanAm	
Mídia Oficial	Webventure e Go Outside	

ANEXO 2 – PRINCÍPIOS E VALORES DO MONTANHISMO BRASILEIRO²

Montanhismo

O montanhismo é uma prática esportiva e de lazer que se caracteriza pela ascensão em montanhas e elevações rochosas, por meio de caminhadas ou escaladas, com diferentes graus de dificuldade e tempos de duração. O termo “montanhismo” abrange as seguintes atividades e suas práticas derivadas: caminhadas em montanha (de curta e longa distância, eventualmente incluindo pernoites); escalada em rocha (esportiva e tradicional); escalada em gelo e neve; alta montanha; bouldering e escalada em muros artificiais.

A CBME

A Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada (CBME) é a entidade que protege a liberdade, promove os interesses dos montanhistas e escaladores brasileiros e difunde o esporte dentro dos altos padrões de segurança e responsabilidade. A CBME é formada por 36 entidades, agrupadas em 11 agremiações: Federações de montanhismo dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Ceará, Associação Capixaba de Montanhismo, Clube Baiano de Montanhismo e Associação de Escaladores do Rio Grande do Norte.

Introdução

As montanhas possuem alto grau de riqueza e biodiversidade, são fontes de mananciais de água e estão altamente vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas. Além disso, constituem importantes remanescentes de áreas florestais próximos de adensamentos urbanos e concentram recursos estratégicos dos quais dependem cidades e brasileiros. Em muitos locais, esse ambiente está sob pressão de fatores ligados aos processos de urbanização e à exploração mineral, agricultura e ao avanço da pecuária, o que ocasionou a redução significativa das paisagens naturais de montanha. Com o aumento e a popularização dos esportes e turismo de aventura, aumentou

² Este documento pode ser baixado a partir do site da CBME: <http://www.cbme.org.br/noticias/26-cbme/65-principios-e-valores-do-montanhismo-brasileiro>

também o impacto da visitação em ambientes naturais. Os praticantes de montanhismo e escalada, que apresentam uma formação consciente e responsável, são muitas vezes confundidos com turistas eventuais e discriminados como potenciais ameaças aos ambientes de montanha.

A despeito do vigor apresentado pelo montanhismo, que sintetiza a comunhão do homem com a natureza, e da inegável responsabilidade com que é praticado hoje no Brasil, tanto em termos de segurança pessoal dos praticantes como em relação ao respeito e ao incentivo à conservação do ambiente natural, alguns fatos recentes têm ameaçado a sua prática. As principais ameaças ao desenvolvimento das atividades ligadas ao montanhismo são o fechamento e a proibição do acesso e o excesso de regulamentação de uso nas áreas de escalada e montanhismo. Entre os fatores que levam a essa situação, temos:

- O crescente processo de urbanização.
- Preocupações com responsabilidade civil em casos de acidentes.
- A obrigação de contratação de um guia, condutor, monitor ou profissional para poder praticar a atividade ou visitar uma área.
- Taxas de entrada incompatíveis com a realidade da sociedade brasileira (e da maioria dos montanhistas).
- O desconhecimento dos procedimentos de segurança esportiva, ética e das práticas de mínimo impacto que permeiam toda a atividade, da realidade do montanhismo, seus princípios e valores.

Tendo em vista esses desafios, este documento tem os seguintes objetivos:

- Sintetizar os princípios e valores do montanhismo, baseando-se nos principais desafios encontrados atualmente para a prática do montanhismo e escalada.
- Promover uma visão compartilhada do montanhismo, objetivando estabelecer bases para o futuro.

PRINCÍPIOS

Os princípios aqui descritos devem guiar futuras políticas relativas ao uso recreativo de áreas de montanha, seja em Unidades de Conservação (UCs), propriedades privadas ou áreas devolutas (áreas públicas).

Nosso objetivo é que a conservação e a recreação se beneficiem mutuamente. Acreditamos que o livre acesso às áreas de montanhismo é um componente essencial para uma gestão integrada de conservação e recreação em áreas de montanha.

1. Reconhecimento da importância do livre acesso às áreas de recreação em montanha

O acesso às montanhas tem grandes benefícios: a oportunidade de recreação nessas áreas promove um melhor entendimento do ambiente natural e, conseqüentemente, o respeito pelo mesmo, além de promover o desenvolvimento sustentável local e a qualidade de vida. O montanhismo e a escalada estimulam também o desenvolvimento e o aprimoramento de habilidades interpessoais, como trabalho em equipe, liderança, comunicação e poder de decisão, e habilidades sociais, como responsabilidade e solidariedade. Além disso, áreas naturais frequentadas por esportistas e visitantes conscientes das práticas de mínimo impacto e de respeito ao meio ambiente inibem a prática de atividades danosas, como caça, extração de recursos e ocupação ilegal, colaborando na vigilância para a conservação dos ambientes naturais.

2. O direito de acesso

O acesso às áreas de recreação em montanhas, de montanhismo e escalada, deve ser um direito de todos. A destinação de uma área para a proteção dos recursos ou para o desenvolvimento do turismo não deve restringir a liberdade e autonomia dos visitantes, privilegiando sempre a diversidade de experiências buscadas por cada um, respeitando as práticas de mínimo impacto.

3. Acesso responsável

Entendemos que a conservação e a recreação podem e devem se beneficiar mutuamente. Os usuários de uma área de montanhismo devem assumir a responsabilidade de cuidar e promover a conservação desse espaço, respeitando as propriedades, animais, vegetação, infraestrutura, comunidade, cultura local, e outros usuários que, possivelmente, terão interesses distintos.

4. Recreação – opção com menos restrição possível

Entendemos que é apropriado criar uma regulamentação de uso em locais onde é necessário proteger sítios arqueológicos, históricos, paleontológicos, uma espécie em perigo de extinção ou ambiente único. Mesmo nesses casos, a regulamentação deve sempre privilegiar a opção de visitação com a menor restrição possível, introduzindo a auto-regulamentação já praticada pela CBME com sucesso em muitos lugares, antes de se criar um regulamento mais restritivo.

5. Taxas de entrada e concessão de serviços

Sempre que possível, o ingresso à área de recreação em montanha deve ser gratuito. Consideramos que o uso de taxas seja adequado em locais onde exista um manejo efetivo das áreas de montanha, desde que dentro de um valor acessível aos usuários, sem estarem condicionadas à aquisição de outros serviços (“venda casada”). Não consideramos válido que se cobre taxa de ingresso em locais onde não exista infraestrutura, serviços e um manejo das áreas utilizadas.

Áreas naturais, como trilhas e paredes rochosas, não devem ser objeto de concessão. As concessões devem se restringir aos serviços de apoio, como restaurantes, pousadas e estacionamentos.

6. Responsabilidade pessoal

A escalada e o montanhismo possuem riscos inerentes que devem ser conhecidos e aceitos por seus praticantes. Cada escalador e montanhista deve ser responsável por escolher seus próprios desafios e seu nível de comprometimento de acordo com sua experiência e capacidade técnica, tornando-se responsável por sua própria segurança. Esse é um dos princípios mais intrínsecos ao montanhismo.

7. Responsabilidade civil

A responsabilidade pessoal é parte inerente ao montanhismo. Os proprietários privados e os gestores de UCs e demais áreas públicas que permitem o acesso a esses locais para a prática de montanhismo e escalada, não devem ser responsabilizados civil e criminalmente por qualquer sinistralidade, uma vez que o montanhista assume os riscos.

8. Liberdade

A liberdade é um valor inerente ao montanhismo e ao espírito de montanha. É essencial que a liberdade de cada um termine onde começa a do próximo e que a mesma não exceda o respeito ao meio ambiente. Cada montanhista deve ter o direito de exercer essa liberdade, com responsabilidade, sem ser obrigado a contratar serviços (como, por exemplo, guias ou condutores obrigatórios e serviços terceirizados).

9. Autonomia

A autonomia na escolha dos desafios e aventuras e a possibilidade de praticar a atividade sem a supervisão e o acompanhamento obrigatório de guias, monitores, condutores ou outros profissionais é parte inerente ao montanhismo e deve ser respeitada. Deve-se priorizar a intervenção mínima na experiência dos visitantes, levando em conta a diversidade de experiências buscadas e as necessidades de cada visitante.

10. Desafio natural

O montanhismo e a escalada têm como premissa a aceitação dos desafios naturais que se apresentam. Nesse sentido, a atividade é uma aliada da conservação dos ambientes naturais, prescindindo da introdução de estruturas que não sejam estritamente necessárias. A primitividade dos ambientes de montanha, principalmente das áreas mais elevadas e isoladas, é um atributo muito valorizado por montanhistas e deve ser respeitado. Esse também é um meio de privilegiar a qualidade da visita em um ambiente único e natural que apresenta as dificuldades inerentes às suas características próprias.

11. Compromisso com o meio ambiente

A CBME acredita que é essencial que existam áreas naturais de montanha preservadas e utilizar parâmetros adequados para promover um manejo em que a pluralidade de motivações dos visitantes seja respeitada em consonância com o manejo para a conservação, garantindo, assim, a preservação do vínculo emocional com as áreas naturais. O montanhismo deve ser promovido como um instrumento de desenvolvimento sustentável em áreas de montanha.

Um aviso da CBME

A CBME reconhece que a escalada e o montanhismo são atividades de risco e podem ocasionar lesões, incluindo a morte. Todos os participantes dessas atividades devem ter conhecimento dos riscos envolvidos, minimizá-los e, por fim, aceitá-los, sendo responsáveis por suas próprias escolhas, ações, decisões e, conseqüentemente, sua segurança.

ANEXO 3 – RECOMENDAÇÕES DO 2º ENCONTRO DE PARQUES DE MONTANHA³**RECOMENDAÇÕES DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS EM PARQUES DE MONTANHA**

1. Regulamentar a delegação de serviços de apoio à visitação em todas as esferas de governo.
2. Estudar as potencialidades de negócios observando as características de cada parque.
3. Delegar serviços e atividades de apoio à visitação e não delegar áreas naturais (por exemplo: rios, trilhas, vias de escalada, dentre outros), garantindo a gestão pública da área.
4. Contratar serviços deve ser uma opção e não uma obrigação para o visitante.
5. Promover outros arranjos para a gestão de estruturas por entidades sem fins lucrativos, como federações de montanhismo (por exemplo: termo de reciprocidade para operação de abrigos de montanha).
6. Fomentar, sempre que possível, o desenvolvimento econômico local nos processos de delegação de serviços.

Observação: Os participantes do Encontro destacaram a importância de envolver o Conselho da Unidade de Conservação nas discussões sobre delegações de serviços.

RECOMENDAÇÕES PARA COBRANÇA DE INGRESSO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ONDE EXISTE A COBRANÇA

1. Buscar a padronização da cobrança de ingresso para parques similares.
2. Facilitar o entendimento da política de cobrança (critérios, descontos e isenções).
3. Facilitar a forma de pagamento do ingresso.

³ O relatório final pode ser acessado em: <http://semanademontanhismo.com.br/resultados/2o-encontro-de-parques-de-montanha-do-brasil>

4. Garantir que o ingresso ao parque contemple toda a área de visitação, sem o pagamento de tarifa de trilha.
5. Incentivar a implementação do ingresso anual.

RECOMENDAÇÕES PARA A SEGURANÇA E DIREITO AO RISCO EM PARQUES DE MONTANHA AOS SEUS ÓRGÃOS GESTORES

1. Expor aos visitantes informações claras sobre a existência potencial de riscos, por modos diversificados e adequados a cada peculiaridade, caracterizando que cabe ao visitante a escolha por se submeter ou não a determinado risco.
2. Propor um encontro para disseminar o entendimento da procuradoria do ICMBIO sobre o direito ao risco tornando-o consenso entre as procuradorias dos demais órgãos gestores.
3. Incentivar os órgãos gestores a adotar a regulamentação dos diversos aspectos de uso público nas unidades de conservação, incluindo a questão de segurança e direito ao risco, a exemplo do decreto de uso público do estado do Rio de Janeiro e da instrução normativa de condutores de visitantes do ICMBio.
4. Fomentar parcerias para implantação e melhorias de sistemas de busca e resgate em parques de montanha.

RECOMENDAÇÕES PARA QUE HAJA DIVERSIDADE DE EXPERIÊNCIAS DE VISITAÇÃO EM ÁREAS DE MONTANHA DOS PARQUES

1. Considerar a diversidade de necessidades da visitação e expectativas de visitantes, como por exemplo: solidão, desafio ou superação, aventura, educação, interpretação, contemplação, interação com a natureza, conhecimento, capacitação, espiritual, visitação de atrativos ícones, entre outros.
2. Diversificar o leque de opções de acesso, atrativos, atividades, garantindo que as diferentes expectativas sejam atingidas.

3. Gerenciar a visitação existente em parques ainda que a mesma não disponha de um Plano de Manejo elaborado ou recursos disponíveis. Para tal, considerar a criação instrumentos de gestão da visitação, quando necessário.
4. Privilegiar a criação de Zonas Primitivas para a vivência de distintas experiências, evitando o estabelecimento de zonas intangíveis sem justificativas técnicas específicas.

Além das recomendações, os participantes do Encontro propuseram **ações de manejo** para a visitação em parques de montanha. São elas:

- A. Reforçar os recursos humanos nos parques para a gestão do uso público.
- B. Identificar e promover o manejo adequado para cada zona de uso público, levando em conta as experiências buscadas pelos visitantes e a conservação do ambiente.
- C. Monitorar os impactos da visitação, grau de satisfação dos usuários para a adequação das ações de manejo de acordo com os resultados.
- D. Promover a participação de usuários, grupos de interesse e parceiros do parque no planejamento de uso público, monitoramento e gestão da UC.
- E. Fazer diagnósticos de atrativos, atividades, acessibilidade e expectativas de visitantes em relação às zonas de uso público.
- F. Promover uma comunicação adequada através de diferentes meios (website, folhetos, rádio, TV, sinalização etc.), divulgando os diferentes atrativos e experiências possíveis dentro do parque.

RECOMENDAÇÕES A CONDUÇÃO DE VISITANTES ÁREAS DE MONTANHA

1. A condução de visitantes não deve ser obrigatória em parques, garantindo a maior variedade de experiências e o direito ao risco.
2. Em caso de haver esgotado as demais alternativas de manejo, a obrigatoriedade de condução de visitantes poderá ser adotada em locais sujeitos a danos irreversíveis, como espeleotemas e sítios arqueológicos.
3. O parque deve prover as informações necessárias que permitam ao visitante decidir pela contratação do serviço de condução de visitantes, de modo a decidir pela maior diversidade de experiências possíveis na UC.
4. Organizar os espaços e procedimentos para que não haja pressão pela contratação por parte dos condutores.
5. Valorizar a importância dos condutores e divulgar suas qualificações profissionais específicas.
6. O órgão gestor deverá estabelecer os critérios de avaliação, credenciamento, autorização e contrapartida para a manutenção dos serviços de condutores de acordo com as peculiaridades locais.

ANEXOS 4 - RELAÇÃO DOS ANEXOS DIGITAIS: APRESENTAÇÕES DAS MESAS REDONDAS

As seguintes apresentações estão disponíveis no site da Semana Brasileira de Montanhismo: www.semanademontanhismo.com.br e da CBME – www.cbme.org.br

1. Marumby – Segurança e Resgate em uma UC - Irivan Burda, COSMO
2. Estrutura do CBMERJ para busca e salvamento em montanhas - Coronel Wanius Amorim, CBMERJ
3. Perspectivas - Resultados do 2º Encontro de Parques – Daniel Toffoli, ICMBio
4. Visitação responsável – Milton Dines, CBME
5. Esporte e Turismo de Aventura: Semelhanças, diferenças e oportunidades – Maurício “Tonto” Clauzet, FEMESP
6. Turismo de aventura – Sistema ABETA / ABNT – Gustavo Timo – ABETA
7. Organização do Montanhismo – CBME – Silverio Nery – CBME
8. Profissão de Guias de Montanhas – Eliseu Frechou – ABGM
9. Lapinha – Luis Monteiro, Lugoma, AME
10. RPPN Caraça – Gustavo “Xaxá” Carrozino - FEMEMG
11. Acesso em UCs – Delson de Queiroz - FEMERJ
12. Falésia do Paraíso – Inácio Bianchi e Claudio Medeiros
13. Parque Nacional de Itatiaia – Santiago – GEAN
14. Projetos de Lei – Silvério Nery, CBME
15. Princípios CBME / Código de ética Brasileiro – Kika Bradford, CBME / FEMERJ
16. Acesso e Adote – Programa Nacional – Delson de Queiroz, FEMERJ
17. Padrão CBME de Guias Voluntários - Luis Marcelo, CBME/FGM
18. Escalada de Competição no Brasil – História e Evolução – Ricardo Leizer, APEE
19. Campeonato Brasileiro – Desafios e Oportunidades – Pedro Leite, MG
20. Atletas profissionais – desafios e oportunidades no Brasil – Felipe Camargo
21. A escalada de competição como esporte Olímpico – Silverio Nery